
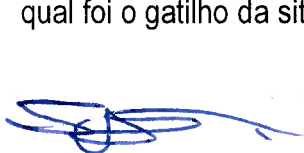


**Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio
Ambiente – CODEMA – 09 de julho de 2024**

Ata nº 12/2024 (doze de dois mil e vinte e quatro) da Reunião do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente, CODEMA, da cidade de São Lourenço – MG realizada na sede do CREA São Lourenço, localizada na Praça Dr. Ismael de Souza, nº 11, Bairro Estação, no nono dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às dezessete horas, que registrou a participação de conselheiros titulares: Juan Mariel Lopes (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), Roner Rocha (Secretaria Municipal de Governo), Mayara Oliveira Silva Gouvea (Câmara Municipal de São Lourenço), Salustiano Teixeira (Sociedade Brasileira de Eubiose), Theo Bajgielman Ayres (Associação de Engenheiros e Arquitetos de Área das Águas), Demian Mendes Lage (Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL), Dometilia do Carmo Antunes Azevedo (ONG Terra das Águas), Eduardo Rodrigues de Souza (17º/MG GE Grupo de Escoteiro São Francisco de Assis). A conselheira Fátima Gaspar Moutinho justificou sua ausência via WhatsApp. Outros Participantes da Reunião: Miguel C. de S. Verriz, Anna Carolina M. de Oliveira (Engenheira Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente), Patricia de Moraes Medeiros (Fiscal de Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente). **1) INÍCIO DA REUNIÃO:** O vice-presidente Roner Rocha informa que a reunião está sendo gravada, constata o quórum e dá início na reunião. O vice-presidente apresenta a nova fiscal de meio ambiente, Patrícia, e foram dadas as boas-vindas. **2) APROVAÇÃO DA ATA 11:** Todos aprovam e a ata foi assinada. **3) APRESENTAÇÃO DO PARECER TÉCNICO 019/2024:** Anna Carolina faz a apresentação do parecer e dá explicações sobre o caso. O conselheiro Salustiano pergunta se uma poda não seria suficiente; Anna Carolina explica que chegou a avaliar a possibilidade de poda e que pelo fato de a copa abranger muitas residências e do tronco ter causado danos na propriedade, ela acredita que a poda não será suficiente para sanar os problemas que os moradores tem relatado. O conselheiro Salustiano pergunta se ela está interna e os conselheiros Juan e Roner explicam a localização do eucalipto. O vice-presidente Roner passa para as considerações. O conselheiro Demian pergunta se o raio de impacto da árvore abrange alguma coisa, se foi medido o raio de impacto de copa. Anna Carolina explica que não utilizou essa metodologia porque a desconhece, mas durante a vistoria ela constatou que alguns falhos estão em cima das casas, então o raio de impacto de copa com certeza abrange mais casas do entorno. O conselheiro Demian pergunta se há inclinação, Salustiano e Anna Carolina comentam que não há inclinação. O conselheiro Demian questiona se houve provocação da população para entender qual foi o gatilho da situação; o conselheiro Juan explica que a requerente Rosana deu início ao pedido;



Theo
2024




o vice-presidente Roner explica que ela se mobilizou, procurou a Defesa Civil e é a síndica do prédio. O visitante Miguel, que fez solicitação de fala na secretaria explica as preocupações que envolvem a árvore, como a queda de galhos que já tem acontecido, sobre a limitação de uso do espaço do estacionamento por conta da queda de galhos, explica que os moradores pediram ajuda para que entrassem com requerimento, porque além disso, ao lado do estacionamento tem uma casa bem simples de telhado com telha de amianto que é a mais vulnerável e pode causar danos na casa toda. O conselheiro Theo pergunta se o enquadramento na DN foi por risco a pessoas ou material, Anna Carolina explica que os dois. O conselheiro Juan fala sobre o enquadramento do risco na DN. O conselheiro Demian diz que é um risco que tem que estar acontecendo, e não risco potencial; diz que sua consideração é que é uma árvore isolada, e que precisa ser avaliada a real necessidade e impacto da queda dos galhos; e pra finalizar, ele diz que compreende a preocupação da população do entorno, mas que fica com receio dessa continuidade de deliberar sobre corte de árvores e que podem ter um formulário melhor de análise de risco com esses critérios e cita exemplos de outros locais. A conselheira Dometilia comenta que tem algumas casas no fim da rua sem saída e que realmente é uma árvore muito grande e que tem que pensar na segurança das pessoas também, que deve ser uma avaliação consciente, mas que também devem considerar os moradores do local. O conselheiro Demian diz que por isso colocou de ter mais elementos de fundamentação, de ter a ART do técnico que fez a avaliação, de ter um protocolo de análise de risco, porque é muito difícil para eles que estão recebendo a informação é difícil avaliar, de que isso seja apresentado de forma mais organizada. O conselheiro Eduardo sugere que sejam feitos vídeos sobre as vistorias para que tenham melhor visualização dos casos. O conselheiro Theo pergunta o número de pessoas que fizeram requerimento e sugere que a compensação seja equivalente ao número de requerimentos, e sugere também que seja feita também arborização urbana na rua. O conselheiro Juan diz que é favorável ao parecer da secretaria, que é uma árvore muito próxima a residências e propor a arborização da Rua Antônio Carlos, com confecção de canteiros e plantio de mudas. O conselheiro Theo concorda e acha que deveria fazer um cálculo de o dobro do mínimo da deliberação por requerimento, que seriam 10 unidades vezes cinco requerimentos, totalizando 50 unidades, inclusive contemplando o plantio na rua porque pelo que é possível observar é uma rua com pouquíssimas árvores. O conselheiro Eduardo pergunta quem é o requerente principal, é explicado que é o Parque por a árvore estar na propriedade deles; Eduardo pergunta também quem vai fazer a supressão, explicam que é o Parque. O conselheiro Demian fala que acha que não irão encontrar legalidade para cobrar uma compensação dos



Theo

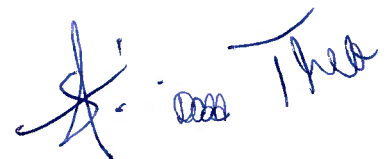
outros moradores sendo que a árvore está dentro do Parque. Entende-se que a compensação é do Parque das Águas. O conselheiro Juan fala sobre o rendimento lenhoso, que está condizente a compensação ambiental. O conselheiro Theo questiona sobre a utilização do rendimento lenhoso, lembra que se houver transporte precisa de autorização e se seria de utilização do próprio Parque ou se a prefeitura poderia utilizar de alguma maneira. O vice-presidente Roner diz que somente se for doação e o conselheiro Theo reforça que em caso de doação também precisaria de autorização do transporte. O conselheiro Eduardo questiona se a prefeitura tem necessidade do material lenhoso. O conselheiro Juan comenta que a secretaria está com projeto para a construção de parques naturalizados e que poderia ser utilizado para este fim. A conselheira Mayara diz que não ficou claro no parecer se existe a possibilidade da poda ou não, Anna Carolina explica que no entendimento dela a poda não soluciona o problema. Mayara pergunta ainda se existe a legalidade de pedir essa compensação pro Parque fazer a arborização nas vias urbanas e acompanhar as mudas; Roner e Juan explicam que quem faria execução no caso de plantio em vias urbanas é a prefeitura, como forma de parceria. Anna Carolina comenta que os principais interessados na supressão são os moradores; Roner e Juan explicam que as responsabilidades são do Parque, em caso de queda e outros danos. O conselheiro Theo diz que vale uma avaliação da secretaria sobre a viabilidade dos plantios, tipos de árvore a serem plantadas, conflito com rede elétrica, pra fazer um projeto bacana ao invés de só plantar árvores pequenas. O conselheiro Juan explica a disposição das árvores na rua em questão, sobre a largura da calçada no local e diz que seria mais uma questão de arborização urbana em geral, e diz que seria interessante arborização no centro. O vice-presidente Roner segue com a aprovação do parecer. O conselheiro Salustiano diz que é contra o parecer e que deveria optar pela poda. Os outros seis votos foram favoráveis; o conselheiro Theo traz a sugestão de que quando vier o parecer que ele venha com definição do embasamento e com enquadramento claro baseado nas legislações, para que o parecer vá bem direcionado. O vice-presidente passa para a votação da compensação. O conselheiro Theo sugere que sejam 50 mudas, considerando o dobro do mínimo e por requerimento, com projeto de arborização urbana pela secretaria. O vice-presidente pergunta se mais alguém tem alguma sugestão para ser colocada em votação. Todos os conselheiros aprovaram a compensação. **4) APRESENTAÇÃO DO PARECER TÉCNICO 020/2024:** Anna Carolina faz apresentação do Parecer 020-2024. O conselheiro Juan explica sobre o caso de 2021, porque ele estava como presidente. O conselheiro Juan fala da lacuna de tempo que não tem provas e que não tem registro da área, concorda que existe o passivo, mas que não há provas de que foi realmente ela. O conselheiro



Theo
Roner

Theo diz que ela deve passar esse passivo para o antigo dono. A conselheira Dometilia diz que isso foi falado para ela na reunião anterior e que ela disse que não conhecia o dono. O conselheiro Demian diz que tem que agir com razoabilidade, que não houve má fé dela e que não se sente confortável em pesar a mão enquanto a prefeitura não está fazendo manutenção nos ipês do Vale dos Pinheiros que estão morrendo com árvore de passarinho, entende que a natureza também não tem que perder, mas que tem que ter bom senso para que as pessoas não fiquem com raiva do CODEMA, que tem que ser colocado de forma educativa e explicativa e que acha que tem ter compensação, mas com bom senso, uma compensação mais baixa. O conselheiro Juan diz que para ele o maior importante é manter a arborização urbana do local. O conselheiro Theo sugere que seja a compensação mínima de 15 mudas de ipê e a secretaria refaça a arborização no local tendo em vista o exposto sobre o ataque das ervas-de-passarinho, que a secretaria faça o replantio das árvores que estão sendo perdidas no bairro. O conselheiro Juan explica sobre a estratégia de plantar uma árvore do lado das que já existem e que já foi feita em uma rua do bairro. O conselheiro Salustiano comenta sobre a fala do Demian e entende, porém, entende que a pessoa adquire também o passivo, e que o fato é que existia uma árvore ali que morreu, e que o fato é que ela é responsável. O conselheiro Theo fala fazendo a compensação mínima, estão levando em consideração que é uma árvore protegida e todo o escopo da situação, que ela não poderia saber que existia esse passivo, que é uma informação quase impossível dela saber e que não acha que deveriam pesar a mão. A conselheira Dometilia disse que na última reunião ela se propôs a doar 30 mudas e agora desistiu da proposta dela por ter entendido errado o pagamento da compensação anterior. O vice-presidente Roner segue para aprovação do parecer, todos foram favoráveis; segue para aprovação da compensação, considerando que houve um dano ambiental e que ela é a atual proprietária. O conselheiro Theo propõe que sejam 20 mudas de ipê-amarelo que serão direcionadas pela secretaria de meio ambiente para arborização urbana do próprio bairro, e não sugere o mínimo tendo em vista ser uma árvore protegida por lei e não está tendo o mesmo rigor do outro caso tendo em vista todo o contexto. Não houveram mais propostas. Fica aprovada a compensação de 20 mudas de ipê-amarelo, sendo que a secretaria irá garantir a execução e plantio no próprio bairro.

5) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO REQUERIMENTO 78561: O conselheiro Theo se absteve de se manifestar neste caso por ter parentesco com a responsável técnica do projeto. Anna Carolina apresenta a planta com a locação das árvores e a declaração da arquiteta responsável e relê a conclusão do parecer 018-2024 que foi apresentado anteriormente. O vice-presidente Roner pergunta se alguém tem alguma consideração. O



conselheiro Demian levanta sobre o fato da árvore morta, que acha que deveria ter compensação; Roner explica que é um pouco diferente porque ela não fez a retirada, Anna Carolina fala que geralmente não é cobrada compensação pela supressão de árvores mortas; Demian acrescenta sobre a questão da alternativa locacional, fala que a secretaria tem que evoluir em uma padronização, de ter um procedimento mais correto dentro da prefeitura, com informações mais detalhadas, porque alternativa técnica locacional não pode ser uma mera declaração e que na visão dele uma das árvores pode ser mantida. O conselheiro Salustiano diz que o projetista tem que fazer de tudo para manter a árvore e diz que acha que faltou um pouco de percepção na hora de conceber o projeto. O conselheiro Eduardo comenta sobre o direito de propriedade e do proprietário não querer. A conselheira Dometília pensa que é bom senso relacionado a quanto tempo essa árvore ainda tem vida útil. O conselheiro Demian explica sobre a prestação de serviços ecossistêmicos de uma árvore adulta e de uma muda. A conselheira Mayara diz que tem a dúvida de avaliar sobre alternativa locacional e sobre os questionamentos dessas declarações. O vice-presidente segue com a votação do parecer; com duas abstenções (Theo por parentesco e Demian por não estar totalmente convencido de que não daria para manter uma) e cinco a favor; o conselheiro Salustiano comenta que saída para o projeto existe, como por exemplo recuar a construção. O vice-presidente Roner segue para as sugestões de compensação. O conselheiro Eduardo sugere que seja dobrada a compensação mínima por árvore, sendo 30 mudas de ipê-amarelo por árvore e 60 no total. Todos são favoráveis e fica aprovada a compensação de 60 mudas de ipê-amarelo. **6) INFORMES GERAIS:** O

conselheiro Juan fala dos informes gerais: primeiro que a secretaria fez o envio da regulamentação do fundo municipal de meio ambiente para a AGM avaliar; segundo é uma sugestão que seja feita uma lista das compensações desse ano para ser apresentado uma vez por mês. Falou sobre a blitz contra as queimadas na última quarta-feira, que essa semana estão fazendo palestras em escolas municipais e que estão planejando fazer uma ação com os escoteiros. **7) PALAVRA FRANCA:** O conselheiro Demian questiona sobre o caso dos envenenamentos, Anna explica que está no MP; pergunta sobre as reuniões semanais, fica combinado que nas semanas que não tiver reunião podem reunir para ver regimento interno; pergunta sobre o canal de denúncias, Anna Carolina explica que foi criado. Salustiano solicita que seja feita um relatório da secretaria para acompanhar sobre as compensações decidias pelo conselho.

XX
XX
XX

